



EDITORIAL

A Revista de Contabilidade e Controladoria – RC&C é uma publicação eletrônica, mantida pelo Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná (PPGCONT-UFPR), e possui como missão difundir a pesquisa científica de elevada qualidade nas áreas de Contabilidade, Controladoria e Finanças. A fim de consolidar essa missão, o periódico tem como objetivo publicar e disseminar pesquisas teóricas ou empíricas, originais, desenvolvidas por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, que reflitam contribuições relevantes para a evolução do conhecimento contábil. A publicação é quadrimestral e cada edição comporta oito artigos científicos inéditos, direcionados a professores, pós-graduandos e profissionais que atuam na área de Contabilidade ou áreas correlatas.

Sendo assim a RC&C tem interesse em pesquisas que estejam relacionadas às seguintes grandes áreas: Contabilidade Financeira; Teorias da Contabilidade; Controladoria, Contabilidade Gerencial e Controle Gerencial; Contabilidade e Análise de Custos; Contabilidade Governamental e do Terceiro Setor; Auditoria e Perícia na área contábil e correlatas; Finanças Corporativas e Mercado de Capitais; Ensino da Contabilidade; Pesquisa em Contabilidade; e Epistemologia da Ciência Contábil.

Nesta edição, a primeira de 2021, a RC&C publica oito artigos inéditos que esperamos, possam contribuir para a evolução da área.

O primeiro trabalho de Ahmed Sameer El Khatib, teve como objetivo analisar se os regulamentos do *Fair Play* Financeiro (FPF) estabelecidos pela União das Associações Europeias de Futebol (UEFA) influenciaram os honorários de auditoria cobrados dos clubes de futebol. Além disso, explora os determinantes dos honorários de auditoria, fato que poderia antecipar os efeitos nos clubes de futebol brasileiros. As descobertas revelaram um aumento nos honorários após a implementação dos regulamentos do FPF. Além disso, os honorários de auditoria foram explicados pela presença de investidores estrangeiros, se a empresa de auditoria era uma das *Big Four* e se o auditor era do gênero feminino. A alteração da regulamentação teve um impacto significativo nos honorários de auditoria cobrados pelos auditores pelos seus serviços. No entanto, esse aumento poderá ser compensado nos próximos anos, devido à melhoria da situação financeira dos clubes; portanto, o risco dos auditores diminui e os honorários de auditoria de anos subsequentes poderiam ser reduzidos.

Rafael Henrique de Oliveira Silva e Kelly Cristina Mucio Marques realizaram a pesquisa cujo objetivo foi identificar o nível de aderência ao Framework de Práticas de Análise de Investimento em *Startups* do norte e noroeste do estado do Paraná para analisar a viabilidade do negócio e/ou produto. Os achados permitiram inferir que existe uma baixa aderência ao *Framework* de práticas de análise de investimento proposto para análise da viabilidade do produto e/ou negócio das *startups*. As práticas de análise de investimento tradicionais obtiveram uma maior aderência em relação às práticas complementares. As práticas com uma maior média de utilização pelas *startups* estudadas foram o *payback*, seguido da análise de cenários e do índice de lucratividade. Verificou-se ainda que as características dos respondentes (formação profissional, grau de escolaridade e etc.) e as características da empresa (nº de sócios, mercado de atuação, fontes iniciais de investimento, entre outros) não foram variáveis que influenciaram o nível de aderência.

No terceiro artigo os autores Henrique Adriano de Sousa, Gabriela de Abreu Passos, Evelyze Cruz Dallagnol, Joacir Celso Duarte Junior e Mayla Cristina Costa apresentam sua pesquisa que objetivou identificar qual(is) o(s) princípio(s) de Governança corporativa as empresas brasileiras de capital aberto listadas na B3 priorizam em suas ações corporativas. Foi constatado que a Responsabilidade Corporativa é o princípio mais publicizado entre as empresas da amostra e que a Transparência e Equidade obtiveram o mesmo escore empatados com as menores médias gerais da métrica. Busca-se contribuir com a literatura ao focalizar as práticas das companhias listadas na B3, que se relacionam com os princípios de governança. São apresentadas, contribuições práticas para as empresas com a possibilidade de atrair investidores ao demonstrarem o resguardo dos princípios da governança, contribuições para os *stakeholders* ao tomarem conhecimento da tentativa empresarial de redução da assimetria informacional. Adicionalmente, o estudo contribui com os órgãos de controle estimulando a investigação e implementação de medidas, para que abusos empresariais possam ser minimizados.

Na sequência, Rodolfo Vieira Nunes, Agostinho Moura dos Santos e George André Willrich Sales buscaram testar a hipótese de que o spread exigido para as debêntures incentivadas é equivalente ao spread de qualquer outra debênture do mesmo nível de risco ajustado pelo impacto fiscal do imposto de renda. No entanto, os resultados não mostram que o spread das debêntures incentivadas é inferior ao spread das debêntures não incentivadas. A contribuição da pesquisa aborda questões sobre as políticas públicas setoriais de governo e as características do mercado de debêntures no Brasil, a pesquisa mostrou uma nova perspectiva sobre este mercado de investimento nos últimos anos.

Os autores Pablo Henrique de Oliveira Queiroz, Antônio Paulo Machado Gomes, Victor Hugo Pereira e Bruna Camargos Avelino exibem o artigo que teve por objetivo analisar as características contábeis e não contábeis da empresa auditada que possam influenciar o *Audit Report Delay*. Os resultados evidenciaram que a emissão de relatório contendo opinião com ressalva ou ênfase, a quantidade de principais assuntos de auditoria, bem como a firma de auditoria tendem a influenciar o atraso na emissão dos relatórios dos auditores independentes. Já a troca de empresa de auditoria, o nível de governança corporativa e o ativo total das empresas analisadas foram considerados fatores relacionados com a menor quantidade de dias entre o fim do exercício e a emissão do relatório de auditoria. Os achados desta pesquisa indicam que as alterações no relatório de auditoria promovidas pelas alterações normativas vigentes a partir de 31 de dezembro de 2016 provocaram a dilatação do *delay* na divulgação das demonstrações contábeis das empresas investigadas.

O sexto artigo de autoria de Maria Luiza Farias Diniz, Aldo Leonardo Cunha Callado, Aline Romão da Silva e Antônio André Cunha Callado, objetivou analisar as relações entre características (referindo-se aos fatores contingenciais) de gestores e de empresas pertencentes ao setor hoteleiro e o uso de indicadores de desempenho financeiros e não financeiros. Os resultados obtidos sugerem que as empresas investigadas explicam em parte suas escolhas estratégicas, associadas à mensuração de desempenho; e, o uso de indicadores de desempenho pode ser motivado de acordo com o que os gestores esperam alcançar com a avaliação de desempenho.

Thiago Rios Sena e Jonatas Dutra Sallaberry realizaram a pesquisa que teve por objetivo analisar a relação entre a carga horária das disciplinas de Contabilidade Geral nas Instituições de Ensino Superior (IES) na Bahia e o desempenho dos respectivos estudantes no Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Os resultados encontrados revelam que não é possível afirmar que há relação entre a carga horária empregada pelas IES para os conteúdos de Contabilidade Geral e análogas com o desempenho dos alunos dessas IES no Exame de Suficiência. Entretanto, por meio das variáveis de controle percebe-se que o desempenho possui relação com fatores inerentes ao próprio discente, como o correspondente desempenho no ENADE, e principalmente a natureza institucional da IES.

No oitavo e último artigo os autores Erivanilson Freitas de Oliveira, Camila Karen Alves Pedrosa, Sérgio Luiz Pedrosa Silva, Wênyka Preston Leite Batista da Costa e Janderson Dantas da Silva exploraram o objetivo de analisar a eficácia das ferramentas tecnológicas utilizadas pela CGU na detecção de fraudes na aplicação dos recursos federais para combater a pandemia da Covid-19. Como

principais resultados, destacou-se que as TICs utilizadas pela CGU, têm sido ferramentas úteis na detecção de fraudes, principalmente, na pandemia do Covid-19, pois, conseguiu-se detectar R\$ 11,2 bilhões de recursos que foram utilizados irregularmente, no programa do auxílio emergencial, com cadastro irregulares e em processos licitatórios, com vícios processuais; utilizou-se como parâmetro para mensurar as detecções, a estimativa do custo da corrupção, evidenciando, que apesar das inconsistências detectadas, ainda existe um volume significativo de recursos que podem estarem envolvidos em fraudes.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Prof. Dra. Nayane Thais Krespi Musial

Editora